

## **PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E O MERCADO DE TRABALHO: O QUE AS PESQUISAS NAS REVISTAS RBEE E REE FALAM**

Annie Gomes Redig; Priscila de Paiva Martins; Thayane Louize Carvalho de Oliveira

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro*

[annieredig@yahoo.com.br](mailto:annieredig@yahoo.com.br); [priscila\\_fil@yahoo.com.br](mailto:priscila_fil@yahoo.com.br); [tlouizec@gmail.com](mailto:tlouizec@gmail.com)

**Resumo:** O presente artigo tem por finalidade analisar as pesquisas referentes à inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, publicadas na base de dados do Scielo, nas Revista de Educação Especial e Revista Brasileira de Educação Especial, no período de 2005 a 2016. Para tal, foi realizada uma pesquisa qualitativa, no qual foram selecionados 16 artigos que abordam esta temática. Após a leitura destes estudos, foi observada a importância de se discutir e compreender o processo de colocação destas pessoas em atividades laborais, como por exemplo, as barreiras encontradas pelas empresas e funcionários, além da necessidade de maior aprofundamento deste tema.

**Palavras-Chave:** Pessoas com deficiência, Mercado de trabalho, Revista Brasileira de Educação Especial, Revista de Educação Especial, Produção científica.

### **INTRODUÇÃO**

Com a intenção de examinar como é realizada a inclusão do jovem e adulto com deficiência em atividades laborais, o presente estudo buscou pesquisar o que os artigos publicados na Revista de Educação Especial (REE) a partir do volume um do ano de 2005 e na Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE) do volume 11, número dois, deste mesmo ano (2005) até os últimos volumes publicados na base de dados do Scielo no ano de 2016, abordam sobre esta temática.

São muitos os estudos sobre a formação e escolarização da pessoa com deficiência e seus desafios, porém poucos abordam a questão da profissionalização e colocação no mercado de trabalho. Entretanto, a legislação brasileira vem apontando para a necessidade de mudança da postura das empresas em relação à contratação destas pessoas e da importância da escola se preocupar com este aspecto (REDIG; MARTINS; OLIVEIRA, 2017). Para exemplificar, podemos citar a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) que informa no artigo 6, que são direitos sociais a educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, entre outros, direitos básicos para uma vida digna independente da classe, gênero, ou etnia.

Mais especificamente para as pessoas com deficiência, a legislação garante a inserção, permanência e qualificação profissional, para que os mesmos possam cada vez mais se desenvolver no mercado de trabalho, tal direito é visto no decreto 3.298/99 (BRASIL, 1999), no qual o artigo 15 preconiza que as entidades da Administração Pública Federal prestarão serviços que possibilitem à pessoa com deficiência reabilitação integral que permita a sua inserção em atividades laborais, além da formação e capacitação profissional. E para que não haja nenhum tipo de preconceito a lei 7.853/89 (BRASIL, 1989) no artigo 7 prevê que caso haja impedimento ao acesso a qualquer cargo público, devido à alguma deficiência ou de negar emprego, pelo mesmo motivo, será considerado crime e punição com reclusão de dois a cinco anos e multa.

Atualmente a preocupação em inserir a pessoa com deficiência no mercado de trabalho tem aumentado não somente pelo programa de políticas de públicas, mas também, porque muitos profissionais da área de educação, saúde, assistência social tem se especializado no assunto. O interesse de algumas empresas na inserção de pessoas com deficiência, em alguns casos, foi pela responsabilidade social e pela obrigatoriedade da lei nº 8213 (BRASIL, 1991).

De modo geral, os dados apresentados mostram que a grande maioria das empresas entrevistadas não consegue cumprir a Lei de Cotas, ainda que, predominantemente, afirmem que contratam PNE's [pessoas com necessidades especiais] exatamente por causa da pressão da referida Lei. Para a maioria das empresas o grande empecilho à contratação de PNE's é a escolarização, já que a exigência mínima declarada pelas empresas participantes foi de Ensino Fundamental completo. (ARAUJO; SCHMIDT, 2006, p.250)

Então é necessário se pensar como é o processo de inserção dos jovens e adultos com deficiência no trabalho, as suas necessidades e habilidades, além de se analisar como as empresas estão lidando com esta situação.

## **METODOLOGIA**

O estudo baseou-se na pesquisa qualitativa, com análise documental. A análise documental pode se tornar uma técnica importante para a coleta de dados qualitativos seja completando informações ou descobrindo novas características de uma situação. Levando em conta que a opção pela metodologia está intimamente ligada ao objeto a ser investigado no estudo e aos objetivos que se quer atingir, nosso trabalho foi estruturado da seguinte forma: em um primeiro momento, foi feita uma pré-análise do material, envolvendo a seleção e organização dos textos e a segunda etapa consistiu na análise qualitativa desse material.

Esta pesquisa foi realizada na base de dados do Scielo, nas plataformas da Revista de Educação Especial (REE) e Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE) entre os anos de 2005 e 2016. Foi feito um recorte deste período, pois a RBEE só passou a publicar seus volumes online a partir de 2005, volume 11. Portanto, apesar da REE possuir volumes anteriores à este ano, decidimos analisar o mesmo período em ambas.

Desta forma, foram encontrados na REE, 33 números da revista sendo que cada exemplar possui em média dez artigos. Já na RBEE, há 12 volumes em seu site, contendo 35 números, com aproximadamente dez artigos por exemplar. Porém, deparamos com apenas dez artigos na RBEE e seis na REE, totalizando 16 artigos para a análise que se enquadram na proposta desta pesquisa.

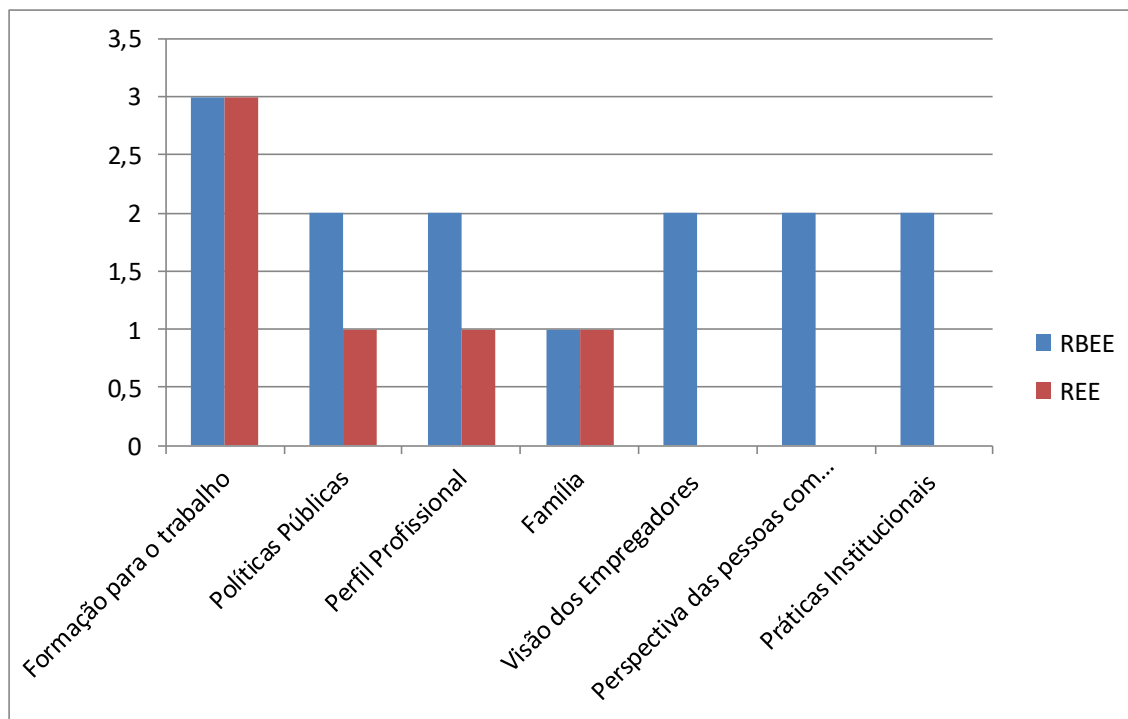
Para atender o objetivo de desenvolver uma pesquisa teórico-reflexiva (REDIG; BURKLE, 2009; REDIG; MASCARO; GLAT, 2011) a coleta de dados baseou-se na seleção por meio da leitura dos títulos de cada estudo e após a leitura integral de cada texto, para então, analisar por meio da criação de categoria as pesquisadas selecionadas.

## **O QUE AS PESQUISAS REVELAM SOBRE A INCLUSÃO DE JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO**

A partir da análise dos 16 artigos selecionados (ARAUJO; ESCOBAL; GOYOS, 2006; ARAUJO; SCMIDT, 2006; COSTA, 2005; ESCOBAL; ARAUJO; GOYOS, 2005; FIGUEIREDO; JOHAN, 2013; LIMA; JURDI, 2014; MONTEIRO; OLIVEIRA; RODRIGUES; DIAS, 2011; OLIVEIRA; GOULART-JÚNIOR; FERNANDES, 2009; PEREIRA, 2008; PEREIRA; BATANERO, 2009; PEREIRA; PASSERINO, 2012; RIAÑO-GALÁN; RODRÍGUEZ-MARTÍN; GARCÍA-RUÍZ; ÁLVAREZ-ARREGUI, 2014; ROSA; DENARI, 2013; TANAKA; MANZINI, 2005; TURCHIELLO; MACHADO, 2015; VELTRONE; ALMEIDA, 2010) das revistas RBEE e REE, entre os anos de 2005 e 2016, observamos que o maior número de pesquisas publicadas ocorreu no ano de 2005, com três artigos, seguidos pelos anos de 2006, 2009, 2013 e 2014 com dois artigos em cada ano. Observamos que apenas nos anos de 2007 e 2016, não foram publicadas pesquisas sobre a temática. Entretanto, esses dados nos mostram o interesse e a necessidade de pesquisas e estudos sobre o tema da inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. A percepção das empresas em relação à pessoa com deficiência, a capacitação desses sujeitos e a importância da realização profissional e social são aspectos apresentados nesses artigos.

Para uma melhor análise dos textos, estes foram divididos em sete categorias, como ilustrado no quadro abaixo: 1) Formação para o trabalho; 2) Políticas públicas; 3) Perfil

profissional; 4) Família; 5) Visão dos empregadores; 6) Perspectivas das pessoas com deficiência; 7) Práticas institucionais.



**Figura 1:** Gráfico representativo referente à quantidade de artigos em cada categoria estabelecida no estudo<sup>1</sup>.

A partir da Figura 1, observamos que há maior tendência em abordar a questão formação da pessoa com deficiência para o mercado de trabalho. Em segundo lugar, os temas mais tratados são os que se referem às políticas públicas para a inclusão em atividades laborais e perfil profissional. Entretanto, esses temas e os demais menos abordados ainda precisam de maior aprofundamento de estudos.

Após a leitura dos artigos selecionados, observamos que os dados de algumas pesquisas apontam para barreiras na inserção de pessoas com deficiência no trabalho (ESCOBAL; ARAUJO; GOYOS, 2005; COSTA, 2005; FIGUEIREDO; JOHAN, 2013; TANAKA; MANZINI, 2005; TURCHIELLO; MACHADO, 2015). Tanaka e Manzini (2005) entrevistaram funcionários dos recursos humanos de uma empresa e os resultados indicaram que possuíam empregados com diferentes tipos de deficiência e a sua contratação ocorreu, algumas vezes, pela obrigatoriedade da lei. Os entrevistados acreditavam que as pessoas com deficiência tinham condições de exercer um

<sup>1</sup> Alguns artigos foram colocados em mais de uma categoria.

trabalho, mas apontaram algumas dificuldades para exercer tal função. Tais dificuldades relacionadas às pessoas com deficiência, que também apareceram em outras pesquisas, tiveram como a mais citada a falta de escolaridade e de preparação profissional (ESCOBAL; ARAUJO; GOYOS, 2005; COSTA, 2005; FIGUEIREDO; JOHAN, 2013; TURCHIELLO; MACHADO, 2015). Foram informadas em seguida obstáculos como o ambiente físico e social, inadequação dos programas de treinamento profissional e social, falta de incentivo para as empresas promoverem adaptações ergonômicas e desenvolverem programas de responsabilidade social.

Seguindo nessa linha, Pereira (2008) coloca que a forma de trabalho a qual somos inseridos, no caso o Capitalismo, exige cada vez mais, habilidades e qualificações que devem ser sempre complementadas, dificultando a colocação destas pessoas no mercado de trabalho. Contudo, nesta pesquisa a maioria dos cargos que os funcionários com deficiência ocupavam, exigia pouca qualificação e o treinamento era realizado no próprio local de serviço.

Um aspecto que vale destacar é o perfil dos empregados com deficiência, alguns pesquisadores (PEREIRA; PASSERINO, 2012; VELTRONE, ALMEIDA, 2010), colocam que o processo inclusivo, seja este educacional, social ou laboral precisa partir de uma apropriação do contexto sociocultural dos diferentes atores envolvidos (empregadores, pessoas com deficiência e empresa). No estudo de Pereira e Passerino (2012) a intenção foi discutir o contexto social no qual os trabalhadores com deficiência estão inseridos, por meio dos documentos disponibilizados pela empresa. Através da análise apresentada, o artigo nos mostra que existe uma grande dificuldade que o indivíduo com deficiência enfrenta como baixo índice de escolarização, apenas 5% dos funcionários pesquisados possui ensino superior completo. Outro dado importante é o desconhecimento da deficiência pelos empregadores. É importante então considerar que a maior parte dos autores estudados defende a tese de que a inclusão social, a conscientização e a preparação profissional das pessoas com deficiência são formas de proporcionar o acesso e a permanência destes sujeitos no trabalho, além de ajudar em seu preparo social e profissional.

O primeiro emprego e demais ocupações, bem como a manutenção no serviço, são aspectos fundamentais para todas as pessoas. Entretanto, quando se trata de sujeitos com deficiência é preciso frisar as questões relacionadas à autonomia, autoestima e bem estar. É relevante lembrar que para que se sintam realmente satisfeitos com a condição de trabalhador é preciso que se sintam realizados e estejam capacitados para desenvolver suas tarefas.

A satisfação no trabalho foi um dos pontos de discussão de Pereira e Batanero (2009) que concluíram que além da importância de encontrar um trabalho adequado às suas habilidades é

importante que a capacitação seja satisfatória. Os autores consideraram como se deu a formação dos profissionais com síndrome de Down e a importância do grau de satisfação deles. A amostra dessa investigação é composta por 14 sujeitos com síndrome de Down, de ambos os sexos com idades entre 20 e 36 anos, que moravam em Lisboa e Vale do Tejo. Para esses autores (PEREIRA; BATENERO, 2009, p.198) “a integração no mundo do trabalho e a consequente forma de vida que dele advém, a independência econômica e a integração social assumem um papel muito importante nas pessoas com deficiência”.

Um fator fundamental neste processo é a transição da pessoa com deficiência da escola para um trabalho remunerado, a partir das suas aptidões, esses aspectos são analisados por vários estudos. Redig (2016) chama a atenção para o fato de que as escolas não dão o valor adequado e muitas vezes não tratam da transição para o trabalho.

Na pesquisa de Araújo, Escobal e Goyos (2006) é apontado para o fato de que é necessário primeiramente definir quais são as necessidades da comunidade em que estão inseridas as pessoas com deficiência para que depois inicie o trabalho com um grupo de planejamento de programas nesta área.

A composição do grupo de planejamento de programas pode ser bastante flexível. Dele podem participar profissionais da comunidade das mais variadas áreas do conhecimento (advogados, assistentes sociais, administradores, contadores, empresários, economistas, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, médicos, psicólogos, pedagogos, professores, terapeutas ocupacionais, etc.), pais, prestadores ou recipientes de serviços já existentes, e pessoas em geral que estejam atuando de forma engajada no planejamento e na melhoria da qualidade desses serviços. (ESCOBAL; GOYOS, 2006, p.223-224)

Após a definição do grupo de trabalho o passo seguinte é definir as pessoas parceiras que pode ser composto por agências, serviços, empresas, instituições, cargos, posições. O trabalho é feito sempre com reuniões de todos os membros envolvidos e interessados no projeto. A pesquisa avaliou como foi realizada a formação de um grupo de planejamento e suporte comunitário para o atendimento de jovens e adultos com deficiência intelectual. As dificuldades que surgiram e que serviram de alerta para as pessoas ou comunidades interessadas nesse tipo de formação ou com interesses em inclusão de jovens e adultos com deficiência foi outra característica da análise realizada.

Outro obstáculo para a colocação desses indivíduos em atividades laborais, encontrado na análise dos textos foi a proteção familiar (ROSA; DENARI, 2013), no qual pode ser um impeditivo para o desenvolvimento dessas pessoas, adiando cada vez mais a possibilidade de independência e inserção no mercado de trabalho. Apesar da superproteção apresentada na pesquisa de Rosa e

Denari (2013), os autores Riaño-Galán; Rodríguez-Martín; García-Ruíz e Álvarez-Arregui (2014) apontaram em sua pesquisa, que as famílias de pessoas com deficiência apresentaram expectativas positivas em relação à colocação destes sujeitos no mercado de trabalho, além de se mostrar à disposição em ajudar neste processo.

A parceria entre família e escola é essencial para o processo de transição dos jovens e adultos com deficiência para o mundo do trabalho. Em seguida, a parceria entre funcionário com deficiência e sua família; empregador com o funcionário com deficiência e demais colegas de trabalho, garantem a entrada e permanência destes indivíduos em atividades laborais, além é claro, de acessibilidade física, de informação e comunicação. Por isso é preciso encontrar um equilíbrio entre as dificuldades da empresa, do sujeito e as expectativas e habilidades de cada envolvido.

## **CONCLUSÕES:**

A inclusão é um processo pelo qual a sociedade se adapta para permitir a participação das pessoas em todos os seus setores, inclusive das que possuem necessidades educacionais especiais. O acesso deles ao mercado de trabalho é um dos aspectos do processo de inclusão social, muito importante por proporcionar as condições necessárias para serem aceitos socialmente, a valorização de si mesmos e o desenvolvimento de suas habilidades. Algumas pesquisas (ARAUJO; SCHMIDT, 2006; TANAKA; MANZINI, 2005) identificaram como os empregadores estão reagindo com a inclusão destes sujeitos no mercado de trabalho, algumas empresas possuíam empregados com as mais diversas deficiências e a contratação se deu basicamente pela obrigatoriedade da lei. Isso mostrou que muitos empregadores e funcionários não conseguiam se adaptar a essa nova realidade ou acharam o processo difícil, mesmo assim as empresas demonstravam muito interesse reconhecendo que a inclusão é necessária e importante.

Por meio dos estudos analisados, percebemos que, a difícil relação entre produtividade e responsabilidade social, ainda se apresenta de forma insatisfatória. A importância não só da lei de cotas (BRASIL, 1991), mas também de um projeto que crie condições de permanência destas pessoas no trabalho como incentivo e investimento educacional, é fundamental para a real colocação destes sujeitos em atividades laborais. Outro ponto de destaque é que após o contato com indivíduos com deficiência, os empregadores se tornaram mais sensíveis para contratar outros já que a experiência foi relevante e ajudou a conhecer melhor o perfil desse grupo. Este resultado positivo também foi encontrado em outras pesquisas (LUECKING, 2012, 2012a, REDIG, 2013, 2014, 2016, )

**BIBLIOGRAFIA:**

ARAUJO, E. A. C.; ESCOBAL, G.; GOYOS, C. Programa de Suporte Comunitário: Alternativa para o trabalho do adulto deficiente mental. *Revista Brasileira de Educação Especial*. v.12, n.2, p.221-240, Marília, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v12n2/a06v12n2.pdf> Data de Acesso: 9/05/2017.

ARAÚJO, J.P.; SCHMIDT, A. A Inclusão de Pessoas com necessidades educacionais especiais no trabalho: a visão de empresas e de instituições educacionais na cidade de Curitiba. *Revista Brasileira de Educação Especial*. v.12, n.2, p.241-254, Marília, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v12n2/a07v12n2.pdf> Data de acesso 9/05/2017.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm) Data de acesso: 29/03/ 2017.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm) Data de acesso: 29/03/2017.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991*. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8213compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8213compilado.htm) Data de acesso: 29/03/2017.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm) Data de acesso: 29/03/2017.

COSTA, V.A. A formação do indivíduo com deficiência pela educação e pelo trabalho. *Revista Educação Especial*, n.27, p.1-5, Santa Maria, 2005. Disponível em: <http://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4343/2553> Data de acesso: 16/01/2017.

ESCOBAL, G.; ARAUJO, E. A. C.; GOYOS, C. Escolha e desempenho no trabalho de adultos com deficiência mental. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v.11, n.3, p.335-372, Marília, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v11n3/v11n3a04.pdf> Data de acesso: 16/01/17

FIGUEIREDO, I. M. Z.; JOHAN, J. As demandas requeridas para o trabalhador com deficiência no Brasil na década de 1990. *Revista Educação Especial*. v. 26 n. 45, p. 59-72. Santa Maria, 2013. Disponível em: <http://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/3793> Data de acesso: 16/01/17

LIMA, L de B; JURDI, A.S.P. Empregabilidade de pessoas com deficiência no Município de Santos? SP: Mapeamento de políticas públicas e práticas institucionais. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 20, n. 4, p. 513-524, Marília, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v20n4/a04v20n4.pdf> Data de acesso 8/05/2017

LUECKING, R. G. *Emprego Customizado: empregando pessoas com necessidades especiais*. Workshop na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.



\_\_\_\_\_. *O caminho para o trabalho: preparar alunos com deficiência para experiências após o Ensino Fundamental, que levem a carreiras. Palestra ministrada na Escola Especial Favo de Mel da rede de ensino da FAETEC, 2012a.*

MONTEIRO, L. G; OLIVEIRA, S. Q. M; RODRIGUES, S. M; DIAS, C. A. Responsabilidade social empresarial: inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v.17, n.3, p.459-480, Marília, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v17n3/v17n3a08.pdf> Data de acesso 9/05/2017

PEREIRA, A. Pode existir inclusão social de pessoas deficientes no mundo do trabalho e da educação capitalista? *Revista Educação Especial*. n. 32, p. 189-200, Santa Maria, 2008. Disponível em: <http://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/96> Data de acesso: 16/01/17

PEREIRA, M. S.E; BATANERO, J.M.F. Percursos Educativos, formativos e profissionais na síndrome de Down. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v.15, n.2, p.197-218. Marília, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v15n2/03.pdf> Data de acesso 9/05/2017

PEREIRA, A.C. C; PASSERINO, L. Um Estudo Sobre o Perfil dos Empregados com Deficiência Em uma organização. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v.18, n.2, p. 245-264, Marília, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v18n2/v18n2a06.pdf> Data de acesso 9/05/2017

OLIVEIRA, M. de A.; GOULART JÚNIOR, E.; FERNANDES, J. M. Pessoas com deficiência no mercado de trabalho: Considerações sobre políticas públicas nos Estados Unidos, União Europeia e Brasil. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v.15, n.2, p.219-232, Marília, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v15n2/04.pdf> Data de acesso 9/05/2017

ROSA, F.D; DENARI, E.F. Trabalho, educação e família: perspectivas para a pessoa com deficiência intelectual. *Revista Educação Especial*. v. 26, n. 45, p. 73-90. Santa Maria, 2013. Disponível em: <http://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4842> Data de acesso: 16/01/2017.

TANAKA, E. O. D; MANZINI, E. J. O que os empregadores pensam sobre o trabalho da pessoa com deficiência? *Revista Brasileira de Educação Especial*, v.11, n.2, p.273-294, Marília, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v11n2/v11n2a8.pdf> Data de acesso: 16/01/17

TURCHIELLO, P., MACHADO, F, C. Inclusão de deficientes no mundo do trabalho: uma escolha a monitorar. *Revista Educação Especial*. v. 28, n. 53, p. 583-594. Santa Maria, 2015. Disponível em: <http://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/18810> Data de acesso:16/01/17.

VELTRONE, A.A; ALMEIDA, M.A. Perfil da pessoa com deficiência no mercado de trabalho na cidade de São Carlos-SP. *Revista Educação Especial*, v. 23, n. 36, p. 73-90, Santa Maria, 2010. Disponível em: <http://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/1434> Data de acesso: 16/01/17

REDIG, A. G. Inclusão da pessoa com deficiência intelectual no mercado de trabalho: rompendo paradigmas. In: *Anais do VII Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial e VIII*

*Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial*. p. 1-10. Londrina: UEL, 2013.

\_\_\_\_\_. *Aplicação e análise de um programa customizado para a inclusão de jovens com deficiência intelectual em atividades laborais*. Tese do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

\_\_\_\_\_. *Inserção profissional de jovens e adultos com deficiência intelectual*. Curitiba: Editora Appris, 2016.

\_\_\_\_\_. BURKLE, T. S. A Educação Especial e Inclusiva na perspectiva da Revista Nova Escola: o estado da arte. In: *V Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial*, Londrina/PR: 2009.

\_\_\_\_\_; MASCARO, C. A. A. C.; GLAT, R. A Revista Brasileira de Educação Especial e a produção de conhecimento na área de comunicação alternativa e complementar de 2005 a 2011: o estado da arte. In: *VI Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial*, Londrina/PR: 2011.

\_\_\_\_\_; MARTINS, P de P.; OLIVEIRA, T. L. C. de. A profissionalização da pessoa com deficiência à luz da legislação. In: *IX Seminário Internacional Redes Educativas e Tecnologias*. p. 1-10. Rio de Janeiro, 2017.

RIAÑO-GALÁN, A.; RODRÍGUEZ-MARTÍN, A.; GARCÍA-RUÍZ, R.; ÁLVAREZ-ARREGUI, E. A transição a vida ativa de pessoas com deficiência: expectativas familiares e capacidade de ajuste ao trabalho. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 20, n. 2, p. 283-302, Marília, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v20n2/10.pdf> Data de acesso 9/05/2017